

COLUNA DO CASTELLO

Dívida externa
e Clube Militar

A sucessão presidencial da República, que se arma na base da confrontação dos Partidos e das suas alas internas, sofre influência de outros fatores, a que nem sempre os interessados estão atentos. Já registrei aqui, anotado de conversa com autoridade competente, que o problema da dívida externa, que está tendo um alívio provisório com o início da entrega das primeiras frações do empréstimo *jumbo*, tem de ser renegociado periodicamente. É claro que, daqui por diante, o fator determinante da negociação será tanto o atendimento às condições dos credores quanto a estabilidade política do país.

Em outras palavras, o FMI e os bancos internacionais querem saber quem será o futuro Presidente. Talvez não sejam tão específicos a ponto de pedir nomes, mas serão suficientemente objetivos para requerer informações quanto à capacidade do Governo de conduzir o processo e de chegar a uma solução que tenha respaldo de opinião pública e apoio civil e militar suficiente para ser o sucessor um interlocutor confiável. Dos candidatos que expõem suas idéias, o único que mantém a ortodoxia da atual negociação é o Ministro Mário Andreazza. Tanto o Sr Aureliano Chaves quanto o Sr Paulo Maluf rejeitam a negociação nos termos em que tem sido feita e postulam um novo ângulo de aproximação do problema: fixação de uma política com os países credores como pressuposto de novos compromissos com os credores. O Sr Marco Maciel deve estar nessa mesma linha.

É claro que sem saber o que ocorrerá no Brasil já no segundo semestre, quando o atual Governo entra em declínio e começa a crescer o sucessor, haverá uma retração nas negociações. O Ministro Delfim Neto aparecerá no exterior carente de respaldo para levar avante suas negociações, a não ser que o Presidente Figueiredo demonstre capacidade de fazer do Sr Mário Andreazza seu sucessor, coisa que ficará em dúvida não só em função das decisões do Congresso, da convenção e do próprio Colégio Eleitoral. O signo da sucessão, por enquanto, é a instabilidade, e removê-la é o que vem tentando em vão o Presidente e sua assessoria mais qualificada.

O Presidente já não aspira, como há um ano, a manter a tutela do processo, mas impõe-se como coordenador geral da política sucessória desde que abdicou expressamente da coordenação partidária. Nesse ponto sua área de manobra está restrita a uma ou duas fórmulas postas como alternativas à eleição direta pela qual se inclinam 90% dos brasileiros.

Mas há outro fator endógeno, embora não vinculado diretamente à sucessão presidencial, que tradicionalmente exerce expressiva influência na solução desse problema. Trata-se da eleição do Clube Militar, a realizar-se em maio próximo. Dois Generais disputam a presidência, o General Tasso Vilar de Aquino e o General Antônio Carlos de Andrada Serpa, cujo passado militar desprende-se da sua origem udenista e da sua obsessão antigetulista, antijunguista e anticomunista para gerar a imagem de um General nacionalista, que passou a adotar as teses mais ortodoxas propostas pelos economistas de esquerda.

Ora, a eleição no Clube Militar tradicionalmente influi na distribuição de forças dentro do sistema. A eleição do General Estillac Leal, tido como esquerdista, precedeu à eleição de Getúlio Vargas e contribuiu para lhe assegurar a posse. Instalou-se em seguida a *Cruzada Democrática*, que durante anos tentou recuperar a direção do Clube para oficiais conservadores: Canrobert, Alcides Etchegoyen e outros disputaram o posto. Somente depois de 1964, com os militares no poder, a eleição do Clube foi despolitizada, atribuindo-se à entidade mera função recreativa.

Renasce agora, na atual disputa, a tentativa de devolver ao Clube a condição de cenário dos grandes debates nacionais e de restaurar sua influência sobre o processo político brasileiro. Os prognósticos conhecidos dão um equilíbrio de forças entre as duas correntes. É evidente, todavia, que se o General Andrada Serpa assumir o controle do Clube, abre-se um importante, senão decisivo, foro de debate político-militar com reflexos sobre a composição de poder no país.

Aureliano dentro da Convenção

O Vice-Presidente Aureliano Chaves vê com crescente otimismo sua situação para disputar a indicação de candidato na convenção do PDS. Sua base principal é Minas, mas persiste a expectativa de que na reta final o Senador Marco Maciel associe a Minas a poderosa seção de Pernambuco. Se tal atitude ocorrer ela poderá estimular a tendência do Governador de Sergipe, Sr João Alves, e da família Franco a apoiar a candidatura Aureliano. Também o Senador Virgílio Távora, que se mantém indefinido, poderia contribuir para formação de uma base nordestina sólida, a ser ainda reforçada pela possível adesão do ex-Governador Lucídio Portela, do Piauí, e de correntes menores da Bahia e de outros Estados.

O Vice, como se sabe, tem o apoio do Sr Nei Braga, que representa pelo menos 50% do Paraná, a simpatia do Governador Esperidião Amin. Em Santa Catarina a mesma tendência do Governador é a do Senador Jorge Bornhausen. O complicador local é a recente dificuldade surgida entre o Governador e o ex-Governador Henrique Córdova. O Rio de Janeiro poderá dar metade dos seus votos ao Sr Aureliano e, no Pará, o Ministro Jarbas Passarinho falará por último. Se não houver um pedido do Presidente em contrário, sua tendência é pró-Aureliano.

CARLOS CASTELLO BRANCO